



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Cristina Manuela Martins de Faria

Faces da Psicologia da Justiça



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Cristina Manuela Martins de Faria

Faces da Psicologia da Justiça

Relatório de Atividade Profissional
Mestrado em Psicologia Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação do
**Professor Doutor Rui João Abrunhosa
de Carvalho Gonçalves**

outubro de 2016

AGRADECIMENTOS

“ O melhor que podemos fazer pelo outro não é só partilhar as nossas riquezas, como também mostrar-lhe as suas.” (Benjamin Disraeli)

O meu muito obrigada a todos!

RESUMO

No presente documento, pretendo refletir sobre um conjunto de competências profissionais no domínio da psicologia em vários contextos de intervenção e na transversalidade de psicologia da justiça, nos mesmos. Na primeira parte, o leitor encontra o meu percurso profissional, através do meu Curriculum Vitae, onde consta a formação científica base bem como outras competências adquiridas ao longo da minha trajetória profissional. Na segunda parte, estão descritas as principais atividades e domínios profissionais aos quais dediquei os últimos cinco anos de profissão, pretendendo evidenciar um conjunto de competências chave. Por último, na terceira parte, é realizada uma reflexão crítica sobre o domínio em questão – a psicologia da justiça – evidenciando a transversalidade da mesma em diversos contextos profissionais.

Palavras-chave: competências profissionais, escola, clínica e psicologia da justiça.

ABSTRACT

In this document, I intend to reflect on a set of professional skills in the field of psychology, in different intervention contexts, and in the application of justice psychology on those contexts. In the first part, the reader will find my professional career, through my Curriculum Vitae describing my scientific training foundations and other skills acquired throughout my professional path. In the second part, the main activities and professional fields to which I have devoted the last five years of my career are described, intending to highlight a set of key skills. Finally, in the third part, a critical reflection on justice psychology is performed, showing its intersections in various professional contexts.

Keywords: professional skills, school, clinical and justice psychology.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Introdução.....	7
Parte I - <i>Curriculum Vitae</i>	8
Parte II - Atividades Profissionais Realizadas	14
Contexto de Consulta de Psicologia Clínica.....	14
Contexto de Formação.....	17
Contexto Escolar.....	19
Parte III - Reflexão Crítica	25
Conclusão	30
Referências Bibliográficas	31

Introdução

O relatório de atividade profissional, em seguida apresentado, surge no âmbito da conclusão do Mestrado em Psicologia Aplicada com Especialização em Psicologia da Justiça, ao abrigo do despacho RT/38-2011. Tem como objetivo descrever o conjunto de atividades exercidas enquanto psicóloga ao longo da minha prática profissional. Está organizado em três partes:

Na primeira parte apresenta-se o curriculum vitae, com uma descrição detalhada do percurso formativo e profissional e participação em publicações.

Na segunda parte descreve-se de forma narrativa as atividades desempenhadas enquanto psicóloga nos últimos cinco anos de atividade profissional. Na descrição destas atividades procurei evidenciar um conjunto de competências-chave na prática profissional de psicóloga.

A terceira parte deste relatório refere-se a um texto reflexivo de análise crítica sobre a intervenção e o papel do psicólogo nos domínios da psicologia escolar e da clínica e de como a psicologia da justiça se impõe como área transversal nestes domínios, bem como uma abordagem conclusiva sobre o percurso profissional descrito neste documento.

Finalmente é realizada uma conclusão onde são elaboradas algumas ideias de integração, que representam o cruzamento da minha formação académica base com a experiência profissional, sendo o resultado final uma maior aprendizagem profissional e pessoal.

Parte I - *Curriculum Vitae*

Identificação

Nome: Cristina Manuela Martins de Faria

Sexo: Feminino

Data de nascimento: 29 de Março de 1974

Morada: Cambeses, Barcelos.

Contactos telefónicos: 965740642

Correios electrónicos: fariacristina@sapo.pt; cristina.martins.faria@gmail.com

Percurso Académico/Formativo

- Licenciatura em Psicologia (pré-Bolonha) – média final de 15 valores (18 valores no estágio final), em 1998, pela Universidade do Minho.
- Pós-Graduação em Estudos da Criança – área de especialização em Desenvolvimento Pessoal e Social – média final de 16 valores, em 2001, pela Universidade do Minho.
- Certificação com Avaliadora Externa, em 2008, pela Agência Nacional para a Qualificação, I.P.
- Dupla Pós-graduação em Neuropsicologia Clínica: do Diagnóstico ao Tratamento & Intervenção Neuropsicológica: Avaliação e Reabilitação, no Instituto Português de Psicologia no Porto (a aguardar certificado).
- Formadora Creditada pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) pela Universidade do Minho.

Percurso Profissional

Contexto Escolar

- Psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação na Escola Secundária de Barcelos – anos letivos 2009/2010 e 2011/2012;
- Psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação no Agrupamento de Escolas de Santo Tirso – ano letivo 2010/2011;
- Psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação no Agrupamento de Escolas de Fragoso – ano letivo 2013/2014;

- Psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação no Agrupamento de Escolas de Barcelos – anos letivos 2012/2013, 2013/2014, 2014/2015, 2015/2016 e 2016/17.

Contexto de Clínica Privada

Psicóloga, Psicoterapeuta, Formadora (Psicologia Escolar, Clínica e Justiça) – Exercício de psicologia escolar, clínica e justiça, em várias áreas de intervenção, junto de crianças, adolescentes e adultos, desde novembro de 2010 até ao presente, na *MIM – Clínica do Desenvolvimento*, em Braga.

Psicóloga, Psicoterapeuta, Formadora e Supervisora – Exercício de Psicologia clínica, escolar e justiça, em várias áreas de intervenção, junto de crianças, adolescentes e adultos, entre janeiro de 2002 até julho de 2011, no *Psiquilíbrios, Centro de Consultas Psicológicas e Apoio Educativo*, em Braga.

Principais atividades e responsabilidades:

- ⇒ Intervenção no serviço de crianças e de adolescentes, nas áreas de perturbações de ansiedade, perturbações de humor, perturbações de comportamento e perturbações de eliminação. Intervenção no serviço de adultos, com terapia de problemáticas individuais: depressão, ansiedade, doenças psicossomáticas, adaptação a doenças crónicas, stress pós-traumático, etc;
- ⇒ Formadora em cursos de formação especializada, Formadora em Pós-Graduações e Supervisora na área da utilização de testes de avaliação psicológica, *bullying* e práticas educativas, abuso sexual de menores, perturbações de comportamento, perturbações emocionais, entre outras;
- ⇒ Orientação Profissional e Acompanhamento Psicopedagógico de formandos;
- ⇒ Elaboração e Controlo de Planos de Formação;
- ⇒ Organização, Acompanhamento e Avaliação da Formação.

Contexto da Justiça e Reinserção Social

Psicóloga/Coordenadora – Exercício de Psicologia e Coordenação psicopedagógica de equipas de intervenção educativa e de programas de combate do insucesso e abandono escolar, no *Centro Cultural e Social de Santo Adrião - Braga*, entre novembro de 2000 e junho de 2008.

Principais atividades e responsabilidades:

- ⇒ Intervenção individual e/ou em grupo em áreas diversificadas, tais como: clínica, escolar, justiça e reinserção social, junto de crianças e jovens em situação de risco e

com dificuldades de integração social;

- ⇒ Diretora Técnica do Centro de Acolhimento, responsável pela área clínica e escolar, acompanhamento às crianças e suas famílias;
- ⇒ Orientação de Estágios Profissionais, promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- ⇒ Intervenção comunitária em projeto de intervenção junto de bairros sociais situados na cidade de Braga;
- ⇒ Intervenção clínica e acompanhamento psicológico junto dos idosos, utentes do Centro de Dia e Minilar de idosos, e suas famílias;
- ⇒ Orientação de estágios académicos de alunos finalistas dos cursos de: Psicologia, Educação, Sociologia, Ensino Básico – 1º Ciclo e Educação de Infância da Universidade do Minho. Orientação de estágios de Mestrados integrados dos cursos de Psicologia e de Medicina da Universidade do Minho, de Enfermagem do ISAVE, bem como dos cursos de Relações Públicas e de Motricidade Humana da Universidade Fernando Pessoa – Ponte de Lima;
- ⇒ Organização do Seminário “Olhares Experimentados sobre a Problemática da Terceira Idade”, decorrido em 28 de Abril de 2006, no Centro Cultural e Social de Santo Adrião;
- ⇒ Supervisão de formação e formadora em várias áreas de âmbito psicossocial, parentalidade, maus-tratos, sexualidade, intervenção na terceira idade, infância e juventude, higiene e segurança no trabalho, entre outras. Elaboração e Controlo de Planos de Formação. Organização, acompanhamento e avaliação da formação;
- ⇒ Consultadoria junto de vários profissionais das áreas da educação, saúde e cuidadores;
- ⇒ Coordenação Técnica de uma Empresa de Inserção, na área da desinfeção e higienização. Participação no recrutamento e seleção de pessoal;
- ⇒ Apoio e desenvolvimento do Núcleo da Qualidade, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, ISO 9001:2000. Trabalho nas áreas da Certificação de Qualidade e da Higiene e Segurança no Trabalho.

Psicóloga - Exercício da função de Psicóloga no acompanhamento psicológico e psicoterapia de crianças e adolescentes em regime de internato (psicologia educacional, clínica e da justiça), no *Lar de D. Pedro V* - Braga, entre março de 2000 e dezembro de 2007.

Psicóloga - Exercício da função de Psicóloga, na *Fundação Stela e Oswaldo Bonfim (fusob)* – Braga, entre fevereiro de 1999 e fevereiro de 2000.

Principais atividades e responsabilidades:

- ⇒ Intervenção individual e/ou em grupo em áreas diversificadas, tais como, clínica, escolar, justiça e reinserção social, nas diversas valências desta Instituição (Creche, Jardim de Infância, A.T.L., Centro Juvenil, Minilares para Irmãos – internato de menores em risco, Centro de Dia, Serviço de Apoio para idosos e famílias);
- ⇒ Participação no recrutamento e seleção de pessoal;
- ⇒ Coordenação das Áreas Clínica e de Elaboração e Execução de Projetos no âmbito da prevenção primária das toxicodependências;
- ⇒ Orientação de Estágios Profissionais, promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Orientação Profissional e Acompanhamento psicopedagógico de formandos. Elaboração, organização, acompanhamento, avaliação e controlo de Planos de Formação.

Contexto de Formação

Formadora do curso de formação: *“Problemas e Dificuldades de Aprendizagem Específicas na Escrita: Estratégias de Intervenção”* (25 horas), creditado pelo CCPFC, realizado no *Instituto de Educação da Universidade do Minho*, de janeiro a abril de 2016.

Formadora da ação *"Conhecer o Bullying"*, organizada pelo *Núcleo de Estudantes de Educação Básica da Universidade do Minho*, no dia 22 de maio de 2013.

Formadora na *Winnerges, Consultoria Empresarial, S.A.* – Braga, entre 2010 e 2012, nos módulos:

- “Comportamentos disfuncionais na criança – formas de atuação” (50 horas) em Formação modelar – nível 2;
- "Desenvolvimento da Criança" (50 horas) em Formação modelar – nível 2;
- "Atividades Pedagógicas em Creche e Jardim de Infância" (50 horas) em Formação modelar – nível 2.

Formadora na *Associação Comercial de Braga*, no módulo “Dinâmica de grupos, relações interpessoais, socialização e contextos” (50 horas), em Curso de Aprendizagem de Técnico de Cozinha/Pastelaria – nível 3.

Formadora do módulo de Psicologia e Pedagogia (52 horas) num Curso de Formação Inicial de Instrutores, na *Formação em Movimento* (Cursos de Formação Rodoviária); *A Minhota* (escola de Condução) e *Psiminho* (Psicologia, medicina e formação). Braga, em 2009.

Formadora da unidade de formação de curta duração (50 horas), Comunicação interpessoal – Comunicação Assertiva num Curso de Educação e Formação de Adultos – Básico de Práticas Técnico-Comerciais, na *HOMENS E MÉTODOS – Formação Profissional e Desenvolvimento Organizacional, Lda.* (Braga).

Organização e formadora do “Workshop 1.4 – 2005/2006 – Instrumentos de Intervenção em Orientação Escolar e Profissional – I (Roberts)”, pela *Direção Regional de Educação do Norte* – Porto.

Organização e apresentação de Ações de Formação sobre Gerontologia e Geriatria, entre abril a maio de 2000, no *Centro Social de Nossa Senhora das Graças*, em Real/Braga.

Coordenadora/Mediadora de um Curso de Educação e Formação para Adultos – Auxiliares de Apoio à Terceira Idade, de junho de 2000 a junho de 2001, no *Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Barcelos*.

Principais atividades e responsabilidades:

- ⇒ Gestão e coordenação do Curso de Formação;
- ⇒ Articulação com os formadores e formandos;
- ⇒ Mediação do Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Barcelos junto da entidade formadora e formandos;
- ⇒ Elaboração do expediente necessário à formalização do Curso de Formação;
- ⇒ Elaboração de relatórios de acompanhamento e de avaliação, entre outros.

Contexto da Docência

Docência da disciplina de Psicologia (12º ano de escolaridade), de janeiro a agosto de 1999, no *Externato Infante D. Henrique – ALFACOOOP-COOPERATIVA DE ENSINO*, C.R.L. – Ruílle/Braga.

Comunicações, Palestras e Publicações realizadas

- Oradora na Conferência “Divórcio: Filhos de Pais Divididos – Uma análise sobre as Soluções” com o tema “O Papel dos Professores nos Processos de Divórcio” organizado pela Clínica MIM (Braga) no dia 30 de abril de 2016, no Externato Paulo VI (Braga).
- Oradora na Palestra subordinada às “Doenças Sexualmente Transmissíveis – implicações fisiológicas e psicológicas” no âmbito de um Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA – Básico) - Centro de Formação da Associação Comercial de Braga, em 20 de julho de 2009.

- Oradora na Palestra subordinada ao tema “A Institucionalização em Portugal. De um Plano à Realidade” para alunos do último ano da Licenciatura em Psicologia. Universidade do Minho. Braga. novembro de 2007 e 30 de março de 2009.
- Oradora na Palestra subordinada às “Relações interpessoais, estilos de comportamento”, “Gestão de conflitos” e “Ética profissional” no âmbito de um Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA – Secundário) - Centro de Formação da Associação Comercial de Braga, em Braga. 13 de fevereiro de 2009.
- Oradora na Palestra subordinada às “Relações interpessoais, estilos de comportamento” e “Gestão de conflitos” no âmbito de um Curso de Educação e Formação de Adultos (EFA – Básico) no Centro de Formação da Associação Comercial de Braga, em Braga. 27 de novembro de 2008.
- Oradora e Participação no *Whorkshop* “A Promoção de Iniciativas de Animação Inter-Generacional: Apresentação de Experiências”, promovido pela Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal e pelo Núcleo Regional de Braga da REAPN, no Auditório da Junta de Freguesia de S. Victor – Braga, em 28 de novembro de 2003.
- Oradora na comunicação com o tema “Delinquência: Fatores desencadeadores”, na Escola Secundária D. Luís de Castro – Braga, em fevereiro de 2003.
- Comunicação em Poster: Araújo, C., Faria, C. M., Osório, A. J. & Martins, A. (2013). "Squeak Etoys – Eu Consigo Criar os meus Mundos! Estudo de Caso junto de Alunos com Necessidades Educativas Especiais". [working Paper N.º178] VII Conferência Internacional de TIC na Educação - Aprender a qualquer hora e em qualquer lugar, Braga, Portugal.
- Comunicação em Poster: Faria, C. M. & Araújo, C., (2013). "O Papel das práticas Educativas na Delinquência Juvenil – O Autorrelato". [working Paper N.ºID580], XII Congresso Internacional Galego-português de Pedagogia, Braga, Portugal.
- Publicações em ata de congressos científico: Faria C. M. & Araújo, C., (2013). O Papel das práticas Educativas na Delinquência Juvenil – O Autorrelato. In B. Silva, & A. Lozano (Org.) XII Congresso Internacional Galego-Português de Pedagogia (2015-2028). ISBN:978-989-8525-22-2.
- Publicações em ata de congressos científico: Araújo, C., Faria, C. M., Osório, A. J. & Martins, A. (2013). Squeak Etoys – Eu Consigo Criar os meus Mundos! Estudo de Caso junto de Alunos com Necessidades Educativas Especiais. In M. Gomes, J. Osório, A. Ramos, B. Silva, & L. Valente (Org.) VII Conferência Internacional Conference in ICT

in Education (1841-1847). ISBN: 978-989-97374-2-6.

Projetos de Investigação

- Colaboração do Projecto Pigafetta – A Utilização educativa do computador Magalhães no Norte de Portugal, desenvolvido pelo GEPE e a Universidade do Minho.
- Apoio no Planeamento e Implementação do Projeto "Squeak Etoys – Eu Consigo Criar os meus Mundos! - Estudo de Caso com alunos CEI", no Agrupamento de Escolas de Barcelos.
- Colaboração na elaboração do Projeto "Inclusão - Uma realidade. Propostas de Reabilitação e Integração escolar e social de criança e jovens com Necessidades Educativas Especiais", proposta submetida a concurso para a Fundação Calouste Gulbenkian, pela Escola Secundária de Barcelos em parceria pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Formação Profissional recebida

- *Workshop* de “Terapia Assistida por Equinos” (9 horas), desenvolvida pelo INSPSIC no dia 14 de maio de 2016, no Porto.
- *Workshop* de “Intervenção Neuropsicológica nas Toxicodependências” (8 horas), desenvolvida pelo INSPSIC no dia 22 de março de 2014, no Porto.
- *Workshop* em “Neuropsicofarmacologia” (8 horas), desenvolvida pelo INSPSIC no dia 29 de março de 2014, no Porto.
- Participação, como assistente, com aproveitamento em todas as sessões do “XII Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia”, com um total de 30 horas de Atividade Académica, entre 11 e 13 de Setembro de 2013.
- Ação de formação "A educação sexual em meio escolar: metodologias de abordagem/intervenção" promovida pelo Centro de Formação da Associação de Escolas dos Concelhos de Barcelos e Esposende.
- Curso de formação: “Classificação Internacional da Funcionalidade e Saúde (CIF): da Teoria à Prática”, promovida pelo Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.
- *Workshops* sobre modelos de acolhimento para crianças e jovens, entre 2000 e 2008.
- Ação de Formação Profissional em “Intervenção em Crianças e Jovens em Perigo”.
- Curso de Formação “O Gestor de Projetos e a Prevenção Primária das

Toxicodependências”.

- Curso de Formação Pedagógica de Formadores a Distância/bLearning, confere o CAP (Certificado de Aptidão profissional).
- Curso de Formação Pedagógica de Formadores confere o CAP (Certificado de Aptidão profissional).
- Curso de Seminário de Neuropsicologia.
- Curso de Iniciação à Medicina Legal.
- Supervisão Clínica, desde 2001 até ao presente.
- Curso extracurricular de iniciação ao SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

Participação em Eventos: Congressos, Seminários e Conferências

- Participação na *Conference on Writing Research*, de 27 a 29 de Agosto de 2014, em Amesterdão - Holanda, organizado pela *European Association for Research on Learning and Instruction*.
- Participação na *XII Congresso Internacional Galego-português de Pedagogia*, realizada na Universidade do Minho entre 11 e 13 de setembro de 2013.
- Participação na *VII Conferência Internacional de TIC na Educação - Aprender a qualquer hora e em qualquer lugar*, realizada na Universidade do Minho entre 15 e 16 de julho de 2013.
- Participação na XIII Conferência Internacional “*Avaliação Psicológica, Formas e Contextos*”, realizada na Universidade do Minho de 2 a 4 de outubro de 2008.
- Participação no Encontro “*O acolhimento de crianças e jovens em instituição: perspetivas, desafios e paradigmas*” que decorreu nos dias 27 e 28 de março de 2008, em Santa Maria da Feira.
- Participação no Congresso Internacional “*Amor, Sexo e Crime*” que decorreu nos dias 25,26 e 27 de Junho de 2007, na Universidade do Minho – Braga.
- Participação no *Seminário Nacional de Delinquência Juvenil*, em 23 de setembro de 2006, promovido pela CNIS, em Fátima.
- Participação no 1º Encontro de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens do Distrito de Braga, com o tema “*CPCJ’s: que Identidade?*”, realizado em 05 de dezembro de 2002, no Instituto Português da Juventude – Braga.
- Participação no V Symposium de Perturbações Afetivas “*Da reflexão à prática clínica*”, realizado na Universidade do Minho – Braga, nos dias 21 a 23 de outubro de

2004.

- Participação no Seminário “*Mercado Social de Emprego no contexto do Terceiro Sector em Portugal – avaliação e perspectivas de futuro*”, promovido pela Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal e pelo Núcleo Regional de Braga da REAPN, realizado em 06 de dezembro de 2001, na Casa de Saúde do Bom Jesus – Braga.
- Frequência do Seminário sobre “*Programas de Prevenção da Violência Escolar*” organizado pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, no dia 4 de junho de 2001.
- Frequência do Seminário sobre “*Dificuldade de aprendizagem – definição, avaliação e intervenção*” organizado pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, no dia 11 de junho de 2001.
- Frequência do Seminário sobre “*Educação Intercultural*” organizado pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, no dia 14 de maio de 2001.
- Frequência do Seminário sobre “*Parentalidade e Educação*” organizado pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, no dia 7 de maio de 2001.
- Frequência do Seminário sobre “*Identidade de Género e Educação*” organizado pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, no dia 23 de abril de 2001.
- Frequência do Seminário sobre “*Educação para a Cidadania*” organizado pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, no dia 26 de março de 2001.
- Participação no Seminário de Formação “*Os Programas Estudantis de Apoio Sócioemocional*”, organizado com o apoio das Universidades do Minho, Aveiro e Coimbra, em Braga, nos dias 15 e 16 de janeiro de 2001.
- Participação na Conferência de Sociologia da Infância, intitulada “*Os Direitos da Criança – a pesquisa em Espanha sobre o trabalho infantil*”, realizada no Instituto de Estudos da Criança – Universidade do Minho, Braga, em 8 de janeiro de 2001.
- Participação no Colóquio “*Um Lugar para Todos no Novo Millennium. Crianças em Risco – Que Futuro?*”, realizado na Universidade do Minho – Braga, no âmbito de um projeto de estágio em Animação Educativa e Desenvolvimento Pessoal e Social, da Licenciatura em Educação, no dia 22 de fevereiro de 2000.
- Participação no Congresso Internacional “*Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*” realizado pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho – Braga, no âmbito do projeto PiiP – Projeto de investigação sobre a infância em Portugal, de 19 a

22 de janeiro de 2000.

- Participação no Seminário “*(Re)Agir, Toxicodependências: Crónicas e Imagens*”, promovido pela Associação Fernão Mendes Pinto, no âmbito do Projeto (Re)Agir – Programa Quadro Prevenir do Projeto Vida, que decorreu na Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho – Figueira da Foz, em 7 de dezembro de 1999.
- Participação no Encontro “*Um dia com...AS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS*”, promovido pelo Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho – Braga, em 3 de dezembro de 1999.
- Participação no Seminário “*A escola e a criança em risco – intervir para prevenir*”, realizado na Universidade do Minho – Guimarães, organizado pelo Instituto de Estudos da Criança, Centro de Formação Martins Sarmiento, Centro de Formação Francisco Holanda e Núcleo Distrital do Projeto Vida de Braga, nos dias 21 e 22 de outubro de 1999.
- Participação no Seminário sobre “*Problemáticas do desenvolvimento da criança*”, promovido pelo CAMPE – Centro de Apoio Médico, Psicológico e Educacional de Braga, nos dias 16 e 17 de abril de 1999.
- Participação no *1º Encontro do Movimento Associativo de Braga*, promovido pela Câmara Municipal de Braga, nos dias 8, 9 e 10 de abril de 1999.
- Participação no Congresso “*Crimes Ibéricos*”, realizado na Universidade do Minho – Braga, nos dias 24, 25 e 26 de setembro de 1998.
- Participação no *Simpósio de Atualização em Clínica Psiquiátrica*, realizado na Universidade do Minho – Braga, em outubro de 1995.
- Primeiros *Encontros em Psicologia da Universidade do Minho* – Braga, realizados a 9, 10 e 11 de março de 1994.

Parte II - Atividades Profissionais Realizadas

Nesta segunda parte, são apresentadas atividades profissionais desenvolvidas nos últimos cinco anos. Assim, sendo o meu percurso profissional pautado por numerosas experiências profissionais e culturais, procurarei explorar o modo como a psicologia da justiça se assume enquanto área transversal em todos os meus contextos de intervenção profissional, no período de tempo em análise. Julgo que a multiplicidade de experiências não constituem dispersão para a prática especializada, pelo contrário, surgiu como contributo enriquecedor para proceder, inclusiva e amplamente, a mudanças junto das pessoas com quem me relacionei profissionalmente.

Contexto de Consulta de Psicologia Clínica

Até meados da década de 90 não existia, em Portugal, uma carreira de Psicólogo Clínico definida em lei. O Decreto-lei 241/94, de 22 de Setembro (MS, 1994), veio modificar isto definindo, pela primeira vez, a carreira de Psicólogo Clínico que retrata uma visão da Psicologia que se exerce no Sistema de Saúde. De acordo com o decreto-lei referido, e de forma resumida, pode dizer-se que o Psicólogo Clínico é o profissional habilitado, com o grau de especialista, que desenvolve funções científicas e técnicas de avaliação, psicodiagnóstico e tratamento no campo da saúde. Entre as que se centram na prática clínica estão: o estudo psicológico de indivíduos e elaboração de psicodiagnóstico (recolha de informações sobre o funcionamento cognitivo e estado emocional dos indivíduos); o aconselhamento psicológico individual, conjugal, familiar ou de grupo e a intervenção psicológica e psicoterapia.

A avaliação psicológica é um processo transversal a todos os eixos da intervenção e constitui-se como elemento fundamental na elaboração de qualquer psicodiagnóstico. Socorrendo-se de instrumentos de avaliação diversificados, como a observação, os testes, as entrevistas e outros considerados pertinentes, a avaliação possibilita recolher informação relevante a todo o processo psicoterapêutico, da avaliação ao follow-up, no pós-tratamento.

Aquando a receção de um caso, num primeiro momento, procuro organizar o processo individual de cada utente, com informação sobre o seu percurso desenvolvimental e história antecedente, com dados anamnésicos recolhidos a partir do próprio e/ou de outros significativos. Esta fase é sempre feita em colaboração com a família, tornando-se categórico para o estabelecimento de uma relação terapêutica de confiança (aliança terapêutica), em que a observação da postura e atitude inicial do sujeito é já um elemento importante na avaliação.

Na análise dos dados clínicos emprego como referência o Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais - 5a ed. (APA, 2014).

A avaliação é estruturada de modo a abarcar de forma sistemática os sintomas fisiológicos, comportamentais, cognitivos e emocionais, compreendendo também uma avaliação do nível da limitação funcional no quotidiano do indivíduo.

Na avaliação socorro-me de várias técnicas como as entrevistas clínicas (diretivas ou semiestruturadas), os instrumentos de autorrelato, o autorregisto, as medidas de avaliação comportamental (e.g. automonitorização e observação direta), medidas de avaliação cognitiva para avaliar aspetos como as autoverbalizações, as crenças irracionais, as atribuições, o locus de controlo e medidas de avaliação fisiológica (Caballo, Andrés, & Bas, 2002; Hofmann & Barlow, 2002).

No decorrer do processo de avaliação psicológica, frequentemente, surgem dúvidas pautadas nas inúmeras limitações, comprometedoras da fiabilidade do diagnóstico a elaborar. Uma das mais relevantes prende-se com a frequente comorbilidade e sobreposição de sintomas que se verifica entre as diferentes perturbações que, avaliadas a partir de um sistema categorial como o DSM-5 (APA, 2014), acarretam limitações relativamente ao seu diagnóstico diferencial e exigem grande equidade quanto à validade discriminativa de certos instrumentos e à fiabilidade interravaladores (Kendall & Suveg, 2006).

Estas limitações conduzem à necessidade de complementar a entrevista clínica com outros instrumentos padronizados de avaliação, designadamente os questionários de autorrelato. Esta união de “ferramentas”, com ampla tradição na psicologia, permite ultrapassar algumas destas dificuldades inerentes ao processo de diagnóstico, fundamentado em categorias, com definições passíveis de enviesamentos e confusões, sem escalas de avaliação e como tal sujeito à interpretação do clínico.

Ao organizar a avaliação psicológica com recurso a meios e técnicas diversificadas, aliando o modelo categorial ao dimensional, espera-se superar as limitações, existentes em Portugal, na aplicação de instrumentos psicométricos de avaliação psicodiagnóstica, dada a carência de instrumentos validados e aferidos à população portuguesa, a par da ausência de normas específicas para a nossa realidade. A entrevista clínica e os instrumentos de autorrelato permitem, para além da sua utilização formal, a monitorização item a item da resposta do sujeito, conduzindo a uma maior compreensibilidade de cada caso clínico e consequente maior sensibilidade na elaboração do seu psicodiagnóstico.

Também na intervenção psicológica procuro pautar a minha ação numa abordagem eclética, abrangente e integradora, na busca dos procedimentos ajustados a cada caso,

privilegiando, porém, os modelos cognitivos e comportamentais, bem como os de narrativa e de reautoria, por constituírem os modelos a que tenho dedicado mais interesse técnico e científico, ao longo da minha trajetória profissional.

Na psicoterapia, e atendendo ao facto de na prática privada estar mais centrada na faixa etária a partir dos 12 anos, nunca são excluídos os níveis de desenvolvimento do jovem ou do adulto (e. g., desenvolvimento cognitivo e sócio afetivo), bem como as tarefas desenvolvimentais próprias de cada etapa (e.g., autonomia, relacionamento de pares, integração) assim como o papel das emoções na emergência das perturbações psicopatológicas na adolescência e na idade adulta. O recurso a um modelo de intervenção particularmente flexível, reformulando-se em função dos resultados obtidos, obriga a ter em conta a heterogeneidade de problemas que se colocam aos sujeitos e às suas famílias.

A finalidade da psicoterapia consiste, assim, em ajudar o sujeito com sintomatologia patológica ou mal-estar psicológico a construir um reportório de competências que fomente o desenvolvimento de uma nova estrutura de processamento de informação sobre a realidade (ou que modifique a existente), de forma a alterar as suas autoavaliações e/ou as suas crenças disfuncionais.

Este processo de mudança requer que o sujeito pratique os novos esquemas de pensamento, na presença do terapeuta e posteriormente nos seus contextos de vida, aceitando o suporte terapêutico para reestruturar as suas atribuições sobre os comportamentos anteriores e as suas expectativas sobre as condutas futuras. Neste sentido, em contexto de consulta, procuro na prática envolver o sujeito no desenho e na implementação da intervenção de que vai ser alvo, de forma a fomentar a consciência do trabalho que vai experimentar e da sua corresponsabilidade no processo.

É minha convicção que os desenhos interventivos não são rígidos, podendo e devendo ser alterados se o desenrolar da terapia o exigir, mas sempre com a finalidade de fomentar uma maior eficácia da intervenção e consolidar os benefícios terapêuticos.

No decurso do trabalho terapêutico parece-me óbvio favorecer a consciencialização nos sujeitos que, no conjunto dos seus fatores precipitantes e de manutenção, a remissão dos sintomas simboliza o sucesso das suas competências para lidar com os problemas e preocupações no presente e que se espera que, face a outras dificuldades futuras, façam uso do seu reportório de competências cognitivas, comportamentais e emocionais entretanto conquistadas.

Este princípio conduz à manutenção de algumas das estratégias terapêuticas ao longo do ciclo vital, independentemente da gravidade da sintomatologia apresentada e reflete a

premência de desenvolver projetos de investigação que possibilitem uma avaliação comparativa das estratégias selecionadas e a validação da sua eficácia ao longo do tempo. Muito embora tenham sido levados a cabo estudos nesta área nas últimas décadas, parece-me que a investigação na terapia psicológica necessita de um maior rigor metodológico e consequente replicação de estudos para alcançar suportes empíricos mais sólidos e conceber protocolos de intervenção mais eficazes.

Na minha prática de intervenção terapêutica, a avaliação da eficácia dos planos concebidos tem sido feita caso a caso, a partir dos dados recolhidos na fase do *follow-up* e da avaliação do processo de remissão dos sintomas no pós-tratamento, como através da monitorização dos progressos e da consolidação dos ganhos terapêuticos.

Contexto de Formação

A sociedade está em constante mudança, quer a nível social quer a nível profissional, o que exige um aumento dos conhecimentos para fazer frente às novas exigências que esta realidade acarreta. A formação tem que acompanhar essas mudanças e dar resposta aos novos desafios promovendo o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida.

O paradigma da formação profissional em Portugal está a mudar. A formação profissional já começa a ser vista como um importante veículo de valorização, quer para o trabalhador quer para a empresa. Assim, para as empresas, a importância da formação profissional tende a não se resumir ao cumprimento legislativo do Código do Trabalho. Já para os funcionários deixou de ser visto como uma perda de tempo ou uma simples obrigação para manter uma certificação em determinada área.

Numa área de intervenção como é a do atendimento e/ou acolhimento de crianças e jovens, os comportamentos dos profissionais devem pautar-se pelo bom senso, experiência, sabedoria e técnica, mas também por políticas e procedimentos escritos designados de boas práticas. Estas buscam a prossecução do objetivo de desenvolver nas crianças e jovens comportamentos refletidos, ajustados e assertivos, no quadro de uma cidadania responsável e madura (ISS, 2011).

Compreende-se, assim, porque os recursos humanos constituem um elemento fundamental para o sucesso ou insucesso de qualquer organização. A qualidade dos cuidados prestados está intimamente ligada à qualidade humana daqueles que os prestam. Assim, ao longo das várias sessões de formação que lecionei, neste âmbito, para além das capacidades

técnicas e académicas, valorizei igualmente características pessoais como a sensibilidade, afetividade, idoneidade, abertura e disponibilidade para interagir com o outro, de cada colaborador em formação.

A prestação direta de cuidados a crianças e jovens é um trabalho particularmente exigente e como tal, os colaboradores devem poder aceder a formação específica envolvendo, para além da formação de base, os aspetos éticos e as vertentes técnicas, assim como de relacionamento humano.

A formação inicial deve ser especialmente cuidada. Envolvendo a prévia precisão das necessidades de formação, atendendo às exigências das funções específicas e às características das pessoas seleccionadas. Procuro dar particular atenção aos princípios orientadores da organização, com referência à missão, visão e valores, dando especial ponderação aos direitos das crianças e jovens acolhidos, perspectivados em função dos princípios e valores do cuidar (ISS, 2011).

Assim, nesta área de intervenção social e educacional, a formação profissional contínua é uma das soluções para incrementar a produtividade e a rentabilidade, com qualidade e cuidado com conhecimento experimentado junto do outro.

As crianças e jovens de hoje têm características bem diferentes das do passado e é também manifesta a evolução das instituições. Por isso, para corresponder à exigência da qualidade de intervenção das estruturas socioeducativas, é indispensável uma permanente atualização dos conhecimentos e das práticas de todos os responsáveis no processo de formação. Portanto é fundamental desenvolver uma intervenção integrada, em práticas de colaboração com todos os agentes dos contextos de formação (formadores, assistentes, formandos, dirigentes, comunidade), prosseguindo-se um dos objectivos primordiais da intervenção do psicólogo neste domínio, o de facilitar o desenvolvimento da identidade pessoal dos indivíduos e ajudá-los na construção do seu projeto de vida, esta intervenção integrada tem por alvo tanto os aprendentes e os agentes educativos dos contextos de formação como as pessoas e organizações significativas das comunidades onde tais contextos se inserem (Imagínario, 1992).

Ademais, penso que em função das exigências específicas da intervenção, as estruturas de atuação social devem conceber e executar um plano de formação contínua com o apoio do psicólogo/formador. É essencial encorajar todos os colaboradores a participarem na sua elaboração, a frequentarem as ações de formação e a intervirem na sua avaliação. Esta será, sem dúvida, uma das competências chave do psicólogo no contexto da formação: fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e profissional dos formandos.

Adaptando conteúdos teóricos à prática e ajustando as suas práticas no contexto institucional de trabalho, alvo da formação. A atenção especial deve ser dedicada ao desenvolvimento de condutas e competências que fomentem a adaptação às normas sociais e, consequentemente, a integração social e profissional (Glat, 1999). Por conseguinte, a formação é também um espaço de revitalização, mantendo os profissionais atualizados sobre as mais recentes tendências, legislação, tecnologias e exigências práticas para as suas ocupações profissionais e de atualização de conhecimentos já adquiridos.

Ainda neste contexto de intervenção, a formação profissional procura diferenciar os profissionais mais preocupados e exigentes com a sua própria atuação profissional e, num mercado de trabalho tão saturado, diferenciar e valorizar os diferentes profissionais, por exemplo, na altura do recrutamento ou promoção profissional/salarial.

Contexto Escolar

A escola é um espelho da sociedade em que vivemos e não parece haver dúvida que vivemos numa sociedade cada vez mais perturbada, inquietada, pautada por inúmeras formas de violência e disfuncionalidade. As situações de violência e disfuncionalidade escolares são, pois, reflexo dessa realidade.

A intervenção do psicólogo assume-se da maior importância no âmbito da educação, nas instituições formais ou informais, uma vez que colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre às dimensões política, económica, social e cultural. Deverá ter um papel ativo na elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino. No sentido de, em articulação com toda a comunidade educativa, desenvolver atividades visando a prevenção, identificação e resolução de problemas psicossociais que possam bloquear, na escola, o desenvolvimento de potencialidades, a autorrealização e o exercício da cidadania consciente e plena (Guzzo, 2008).

Passa pelo psicólogo a influência técnica junto das equipas de planeamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, focalizando a sua ação nos aspetos que respeitem os processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, assim como deve participar na constante avaliação e no redirecionamento dos planos e práticas educacionais implementados.

Em meio escolar, de acordo com o Decreto-lei no 190/91, de 17 de maio (Ministério

da Educação, 1991), articulado com as competências descritas no Decreto-lei no 300/97, de 31 de outubro (Ministério da Educação, 1997) e na Portaria no 63/2001 de 30 de janeiro (Ministério da Educação e da Reforma do Estado e da Administração Pública, 2001), ao psicólogo dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) é conferida a missão de promover o bem-estar global das crianças e jovens, numa perspetiva abrangente de promoção do desenvolvimento psicológico, através do apoio a alunos, família e professores e da parceria com outros serviços da comunidade de inserção da escola, tendo em vista a efetiva igualdade de oportunidades, o sucesso escolar e a inerente adequação das respostas educativas.

A natureza dos pedidos de consulta que me chegam ao gabinete do SPO evidencia a importância de complementar a intervenção remediativa com a promoção do bem-estar psicológico. Nesta faixa etária é fundamental abordar a saúde mental numa perspetiva transversal a todos os contextos de vida dos jovens, enquadrando a sua abordagem numa matriz preventiva, tal como é recomendado pela Declaração de *Vilnius* (MEC, 2009) e pela *Internacional Union For Health Promotion and Education* (IUHPE, 2009, 2010), nas suas diretrizes para promover a saúde em meio escolar.

Nesta linha concetual, a escola constitui-se, atualmente, como um espaço privilegiado de convergência entre a Saúde e a Educação, possibilitando um trabalho de parceria com a família, com os técnicos de saúde, com os professores e com os jovens, no propósito de prosseguir a promoção da saúde e do bem-estar, como princípios basilares do novo paradigma do Programa Nacional de Saúde Escolar - PNSE (MS-DGS, 2015), procurando ir mais além do que é recomendado pelo conceito de prevenção da doença e pelas estratégias remediativas.

Assim, o SPO é uma unidade especializada de apoio educativo, integrada na rede escolar, que desenvolve a sua ação nos estabelecimentos de educação ou de ensino inscritos na sua área de influência. Assegura o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no seio do agrupamento e entre este e a comunidade.

Os SPO desenvolvem a sua ação em três (3) domínios:

1. Apoio Psicopedagógico;
2. Orientação Escolar e Profissional;
3. Apoio ao Desenvolvimento do Sistema de Relações da Comunidade Educativa.

Quanto às competências do SPO a nível do Apoio Psicopedagógico (1), salientam-se principalmente:

- Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua

identidade pessoal;

- Apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem e de integração no sistema de relações interpessoais da comunidade escolar;
- Prestar apoio de natureza psicológica e psicopedagógica a alunos, professores, pais e encarregados de educação, no contexto das atividades educativas, tendo em vista o sucesso escolar, a efetiva igualdade de oportunidades e a adequação das respostas educativas;
- Realizar consulta psicológica/atendimentos a alunos, bem como realizar o seu encaminhamento para outros serviços quando a situação o exige, e articular com os mesmos tendo em vista o bem-estar e o bom desenvolvimento do aluno;
- Assegurar, em colaboração com outros serviços competentes, designadamente os de educação especial, a deteção de alunos com necessidades educativas especiais, a avaliação da sua situação e o estudo das intervenções adequadas;
- Contribuir, em conjunto com as atividades desenvolvidas no âmbito das áreas curriculares, dos complementos educativos e das outras componentes educativas não escolares, para a identificação dos interesses e aptidões dos alunos de acordo com o seu desenvolvimento global e nível etário;
- Promover atividades específicas de informação escolar e profissional, susceptíveis de ajudar os alunos a situarem-se perante as oportunidades disponíveis, tanto no domínio dos estudos e formações como no das atividades profissionais, favorecendo a indispensável articulação entre a escola e o mundo do trabalho;
- Desenvolver ações de aconselhamento psicossocial e vocacional dos alunos, apoiando o processo de escolha e o planeamento de carreiras;
- Colaborar em experiências pedagógicas e em ações de formação de professores, bem como realizar e promover a investigação nas áreas da sua especialidade;
- Identificar e analisar as causas de insucesso escolar e propor as medidas tendentes à sua eliminação;
- Proceder à avaliação global de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento, com dificuldades de aprendizagem, com competências e potencialidades específicas e prestar o apoio psicopedagógico mais adequado;
- Cooperar com os professores da Educação Especial na avaliação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), nomeadamente na elaboração do roteiro de avaliação e do relatório técnico-pedagógico e colaborar, quando solicitado, nos

programas educativos individuais e no encaminhamento para as respostas educativas mais adequadas;

- Articular modalidades de complemento pedagógico, de compensação educativa e de educação especial, tendo em vista quer a individualização do ensino e a organização de grupos de alunos quer a adequação de currículos e de programas;
- Propor, de acordo com os pais e em colaboração com os professores de educação especial, o encaminhamento de alunos com NEE para as modalidades mais adequadas de resposta educativa.

No que respeita ao trabalho elaborado a nível da orientação escolar e profissional (2) compete, designadamente, ao psicólogo do SPO:

- Apoiar os alunos no processo de desenvolvimento da sua identidade pessoal e do seu projeto de vida;
- Planear e executar atividades de orientação escolar e profissional, nomeadamente através de programas a desenvolver com grupos de alunos ao longo do ano letivo, e de apoio individual ao seu processo de escolha;
- Realizar ações de informação escolar e profissional sob modalidades diversas, garantindo a participação ativa dos alunos na exploração das técnicas e materiais utilizados;
- Colaborar na planificação e acompanhamento de visitas de estudo, experiências de trabalho, estágios e outras formas de contacto dos alunos com o meio e o mundo das atividades profissionais;
- Colaborar com outros serviços, designadamente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, na organização de programas de informação e orientação profissional;
- Desenvolver ações de informação e sensibilização dos pais e da comunidade em geral no que respeita à problemática que as opções escolares e profissionais envolvem.

A nível do apoio ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade educativa (3) compete-lhe, nomeadamente:

- Colaborar, na sua área de especialidade, com os órgãos de direção, administração e gestão do Agrupamento em que se inserem;
- Colaborar em ações comunitárias destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, o abandono precoce e o absentismo sistemático;
- Articular a sua ação com outros serviços especializados, nomeadamente das áreas da

saúde e da Segurança Social e Intervenção Precoce, de modo a contribuir para o correto diagnóstico e avaliação sócio-médico-educativa de crianças e jovens com NEE e planejar as medidas de intervenção mais adequadas;

- Estabelecer articulações com outros serviços de apoio socioeducativo, como por exemplo, os necessários ao desenvolvimento de planos educativos individuais;
- Colaborar em ações de formação e participar na realização de experiências pedagógicas;
- Acompanhar o desenvolvimento de projetos e colaborar no estudo, conceção e planeamento de medidas que visem a melhoria do sistema educativo;
- Colaborar, na sua área de especialidade, com professores, pais ou encarregados de educação e outros agentes educativos, na perspetiva do seu aconselhamento psicossocial;
- Diagnosticar as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminhar, para os serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnóstico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza exceda a possibilidade de solução na escola, diligenciando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade;
- Propor e/ou colaborar na proposta e celebração de protocolos com diferentes serviços, empresas e outros agentes comunitários a nível local;
- Colaborar com Instituições do Ensino Superior na orientação de estágios curriculares/ estágios de curta duração no âmbito da formação em Psicologia quando tal se considerar conveniente;
- Participar nos processos de avaliação multidisciplinar e interdisciplinar;
- Na educação pré-escolar e nos 1.º e 2.º Ciclos do ensino básico, desenvolver ações de informação e sensibilização dos pais e encarregados de educação e da comunidade em geral no que respeita às condicionantes do desenvolvimento e da aprendizagem.

A natureza multimodal das intervenções no contexto escolar e em tudo o que implica, leva-me a ancorar a minha prática no modelo biopsicossocial, tendo em conta a importância dos fatores biológicos, sociais, contextuais e psicológicos em saúde mental, assim como o relevo dado à proatividade e à participação ativa do sujeito no seu plano terapêutico. Não permito que o meu papel enquanto psicóloga na escola se limite ao paradigma do diagnóstico, atendimento, orientação, intervenção e encaminhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem e de comportamento. Não vejo o aluno como sujeito problemático ou como um ente separado do sistema relacional (família e escola), mas sim como um sujeito relacional. Além disso, acredito que, em alguns casos, uma dificuldade de aprendizagem pode exercer

alguma função num dos sistemas no qual o aluno vive (Andrada, 2005).

Dada a natureza intrínseca do aconselhamento psicológico e a faixa etária em causa, nas diferentes abordagens interventivas, procuro respeitar uma perspetiva holística da vida humana nas suas diferentes dimensões, sistemas e dinâmicas, assumindo, também neste trabalho, que conhecer qualquer indivíduo em desenvolvimento implica apreender o seu meio social, económico, político e cultural, com quem estabelece uma cadeia de inúmeras relações, na qual a escola é apenas mais um elo (Andrada, 2005; Gadotti, 2005). Nesta dinâmica relacional, a minha prática é, também, guiada pelo modelo sistémico, na busca de uma melhor compreensão do comportamento humano, a partir da intervenção sistémica e bioecológica (Bronfenbrenner, 1993), aliando a intervenção centrada na análise cognitivo-comportamental com o estudo dos contextos de interação onde o indivíduo se insere (Kendall & Suveg, 2006).

Parte III - Reflexão Crítica

A terceira parte deste Relatório compreende a reflexão crítica sobre a transversalidade da psicologia da justiça no trabalho desenvolvido em psicologia clínica, em contexto escolar e na formação profissional, assim como o balanço das potencialidades e limitações específicas da prática de consulta psicológica em espaços de confluência entre a educação e a saúde.

A postura profissional inclusiva e aberta que procuro manter no exercício das minhas funções permite-me seguir uma abordagem holística e flexível, tanto no campo institucional, como no psicoterapêutico, indispensável à conceção e implementação de atividades dirigidas a crianças e jovens ao longo do seu processo de construção da identidade, nas suas múltiplas dimensões, numa sociedade com uma elevada heterogeneidade e inconstância cultural, social e ética. Desta feita, ao consolidar a consulta clínica com o aconselhamento psicológico, a prevenção e a promoção espero sustentar o desenho da intervenção em princípios elementares aos modelos cognitivo-comportamentais, balizados pelas perspetivas desenvolvimentais, tendo em conta elementos modulares como: o reconhecimento das diferentes necessidades desenvolvimentais de crianças, adolescentes e jovens; o envolvimento das famílias nos processos; a valorização da rede de suporte social e aprendizagem interpares, num contexto de trabalho de equipa, com outros terapeutas (Barrett, Lock, & Farrell, 2005; Kendall, 2006; Rapee, Schniering, & Hudson, 2009; Southam-Gerow & Kendall, 2000).

A escola, como a organização que melhor corporiza a convergência entre a educação e a saúde, nas suas múltiplas parcerias, potencia o desenho e a concretização de protocolos de intervenção, de programas de prevenção e de promoção de competências positivas, entre a infância e a adultícia, junto de uma alargada população alvo, constituindo-se como um palco privilegiado para exercer em pleno o papel de psicólogo, com base nos princípios da reflexão-ação.

Esta circunstância encontra-se bem patente na percentagem de tempo de trabalho anual destinado à intervenção direta com as crianças e os jovens, no âmbito da consulta psicológica e, dentro deste eixo, evidencia-se a importância que a intervenção na vertente clínica e da justiça assume no meu quotidiano profissional. Neste sentido, evidencia-se, também, a necessidade de, muitas vezes, responder a problemas práticos solicitados por entidades: polícias, tribunais, comissões de protecção de crianças e jovens, entre outros. Deste modo, os conhecimentos subjacentes à psicologia forense também se tornam fundamentais aquando da aplicação e/ou elaboração de produtos técnicos como avaliações, depoimentos,

pareceres, relatórios sobre sujeitos diretamente envolvidos em processos judiciais (do foro cível ou penal) ou tutelares educativos sobretudo em fases pré-sentenciais, funcionando como elemento de ajuda à tomada de decisão judicial (Gonçalves, 2012). Pelo que, enquanto psicóloga num contexto tão abrangente como é a escola, esta simbiose de saberes e áreas não pode ser excluída da engrenagem do exercício responsável e consciente desta profissão.

Uma mais-valia intrínseca à abordagem clínica e da justiça em contexto escolar é a possibilidade de, no planeamento da intervenção, poder contar com: os diversos projetos a decorrer; os espaços de interação social da escola como palco da aplicação das estratégias a aplicar, como a exposição a par do recurso a pares, como parceiros no processo de implementação; e a monitorização dessas estratégias, dentro dos princípios éticos e deontológicos que se impõem. Importa ainda referir que a avaliação dos processos, estratégias e dos resultados é, igualmente, otimizada em contexto escolar.

No âmbito do processo psicoterapêutico a escola possibilita ainda a planificação e gestão da fase de *follow-up*, bem como da fase de avaliação pós-tratamento, na medida em que ao estarem dentro de mesma instituição, terapeuta e utente, o processo de seguimento é passível de melhor controlo, não acarretando custos económicos acrescidos, como acontece no setor privado.

A escola, como uma organização aberta à sua comunidade de inserção, facilita o estabelecimento de parcerias com instituições relevantes ao trabalho do psicólogo, reunindo sinergias e recursos humanos e materiais, algumas das quais aportam benefícios claros à intervenção, como são exemplo as organizações de carácter lúdico, sobretudo desportivas e musicais onde, pela natureza da sua atividade e em articulação com os agentes envolvidos e com a família, é possível pôr em prática e avaliar as competências adquiridas nos planos de intervenção e de promoção delineados.

Por outro lado, sendo a escola um vasto contexto social e à medida que se reconhece que os indivíduos se constituem e, simultaneamente, são constituintes dos contextos sociais nos quais estão inseridos, os aspetos organizacionais da escola como instituição, em especial na sua subjetividade social, adquirem especial importância. Estes constituem aspetos relevantes no sentido de compreender os processos relacionais que ocorrem na escola e que influenciam os modos como os profissionais e os alunos sentem, pensam e atuam nesse espaço. Os sistemas de relações que se dão entre os membros da instituição, os estilos de gestão, os valores, as normas e o clima emocional constituem apenas alguns exemplos de importantes fatores que influem, direta ou indiretamente, não apenas nos modos de agir dos agentes do coletivo escolar, mas também: nos seus estados emocionais; na sua satisfação com

a instituição e no seu compromisso e motivação com as atividades que realizam (Martinez, 2010). O envolvimento saudável e equilibrado dos alunos com o contexto escolar é sobejamente reconhecido pela investigação como um fator de proteção ao aparecimento de vários problemas comportamentais de relacionamento social do sujeito (Gonçalves, 2000). Assim, a escola possibilita que os alunos consigam experimentar os conflitos relacionais com os seus pares e bem como a noção de autoridade personificada no professor, sendo onde se manifestam as primeiras dificuldades na aprendizagem, sejam elas os conteúdos escolares ou normas e regras de conduta em grupo, no qual a intervenção de carácter preventivo e/ou remediativo precoce pode assumir um papel fundamental no desenvolvimento integral dos alunos, considerando a ampla rede de inter-relações que o jovem constrói ao longo do ciclo vital, nos seus diferentes subsistemas.

Outro desafio que considero existir neste contexto será o de perspetivar a implementação dos programas de intervenção preventiva de uma forma mais abrangente, complementando a aplicação transversal das atividades num plano temporal único, com a adoção de uma metodologia de trabalho longitudinal, de forma a aplicar programas de forma sistemática e contínua durante o período de participação destas crianças e jovens, nos respetivos contextos educativos.

Do ponto de vista institucional assiste-se ao abandono, pela tutela ministerial, do modelo de trabalho de equipa dos psicólogos das escolas de uma mesma região, existente até à década passada. Facto que vem conduzindo a um isolamento técnico e físico, com claras repercussões no cumprimento das atribuições do psicólogo, em contexto escolar.

Seria essencial a implementação no terreno de um novo modelo de trabalho cooperativo, entre psicólogos, assente em comunidades de práticas que possibilitasse a investigação-ação, a discussão de casos e a partilha de experiências, colmatando, entre outras situações, as dificuldades em elaborar psicodiagnósticos (categoriais), em especial na faixa etária da nossa população alvo. Igualmente, na tentativa de superar as fragilidades e a otimização dos pontos fortes da realidade socioprofissional, tenho levado a cabo uma constante atualização técnica e científica, na busca de ferramentas teórico-práticas consistentes e flexíveis que me permita enfrentar a mutabilidade e experimentar caminhos de renovação.

No contexto de clínica privada também se assiste a um cruzamento entre o direito e psicologia, visto que cada vez mais, e no meu entender felizmente, a lei procura criar e potenciar mecanismos de prevenção de condutas desviantes, de prevenção do litígio e do seu tratamento de forma mediada (Carmo, 2014). Com o exacerbar da complexidade social e na

procura de objetivar a justiça como algo que não seja somente declarativa ou somente repressiva mas sim algo construtivo de novos comportamentos, de novas relações humanas e sociais e de novas perspectivas de afirmação dos direitos individuais e coletivos (Carmo, 2014), enfatiza-se o diálogo entre a clínica e a justiça com o intuito de gerar uma relação de complementaridade entre domínios. Como psicóloga, que sempre exerceu atividade em clínica privada, sou regularmente chamada a colaborar com a atividade judiciária (por utentes e/ou por entidades judiciais) e, como tal, necessito de conhecer as regras básicas do método judiciário, de ter informação sobre as questões que, à luz do direito, são essenciais em cada caso, conhecer o seu estatuto processual e compreender como é que a minha participação é integrada no processo e/ou contribuiu para uma tomada de decisão ou para uma orientação.

A psicologia da justiça sempre despertou o meu interesse, ainda enquanto aluna do curso de psicologia, pelo que no início da minha atividade profissional trabalhei durante vários anos ligada diretamente a este contexto. Contudo, com vista à procura de enriquecimento profissional ponderei explorar e experienciar diferentes ambientes profissionais. Nesta experimentação constatei, ainda de forma inesperada e implícita, a presença constante da psicologia da justiça. Tanto no contexto clínico como no escolar deparei-me com casos ligados ao direito da família e da criança e do jovem, ao direito penal e processual, à lei de promoção e proteção de menores e à lei tutelar educativa, uma vez que o trabalho com o sujeito implica, inevitavelmente, o indivíduo e a articulação do mesmo com os seus diferentes sistemas envolventes. É o resultado dessa interação do sujeito com o contexto e os comportamentos observados que influenciam de forma significativa a sua forma de ver, de ser e de agir no mundo.

Também no contexto de formação procurei reforçar a pluridimensionalidade do indivíduo e a importância da psicologia da justiça nas suas múltiplas áreas de intervenção.

Futuramente, espero poder dar azo a minha necessidade de compreender mais e melhor o comportamento humano, não deixar de abraçar projetos de investigação prática no campo da psicopatologia do comportamento desviante e de publicar os resultados já recolhidos em estudos prévios ou futuros, sem nunca deixar de fazer o que mais me apraz: estar no centro dos contextos e vivenciar de perto os comportamentos.

Para concluir gostaria de acrescentar que os ganhos e frutos deste percurso profissional, os conhecimentos consolidados e a troca de experiências e vivências profissionais são, por mim considerados, indiscutivelmente elevados. O privilégio de exercer a profissão em contextos distintos, mas que se cruzam nas conceções e objetivos, reforçam competências tanto pessoais como profissionais.

O enriquecimento enquanto pessoa, na aquisição de conhecimentos e no contato com experiências de vida, é uma das razões de ser psicóloga.

Conclusão

A análise da minha experiência profissional e a sua descrição ao longo deste relatório, de natureza teórico-prática, conduziu-me a uma reflexão crítica, fundamental para contextualizar o presente e perspetivar a atualização e a renovação que sempre quis conferir à minha vida profissional.

A elaboração deste documento constituiu-se como um momento particular de apreciação crítica e de análise reflexiva da minha atividade profissional, enfatizando a pertinência do meu papel e da minha ação enquanto psicóloga.

A convergência funcional entre consulta privada e intervenção em meio escolar tem proporcionado o enriquecimento da minha experiência profissional e permitido investir tempo, formação e ação na problemática das perturbações mentais, entre a infância e a adultícia, de acordo com modelos de intervenção psicoterapêutica, associados à perspetiva desenvolvimental e num quadro de abordagem sistémica e ecológica da Educação e da Saúde. Ela reflete, também, a inexistência de instituições e práticas estanques, no contexto geral da Psicologia, e em particular da intervenção psicológica na Saúde e na Educação, onde a Justiça está transversalmente associada a estes domínios.

Referências Bibliográficas

- Andrada, E. G. C. (2005). Novos Paradigmas na Prática do Psicólogo Escolar. . Retrieved 27 de agosto de 2014. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722005000200007&script=sci_arttext
- APA, A. P. A. (2014). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (5a ed. ed.). Lisboa: Climepsi.
- Barrett, P. M., Lock, S., & Farrell, L. (2005). Developmental differences in universal preventive intervention for child anxiety. . *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 10, 539-555.
- Bronfenbrenner, U. (1993). Ecological models of human development. . In M. Gauvain & M. Cole (Eds.), *Readings on the development of children* (2nd ed ed., pp. 37-43). New York: Freeman.
- Caballo, V. E., Andrés, V., & Bas, F. (2002). Fobia social. In V. E. Caballo (Ed.), *Manual para el tratamiento cognitivo-conductual de los trastornos psicológicos* (2nd ed. ed., pp. 25-87). Madrid: Siglo XXI de Espanha Editores.
- Carmo, R. d. (2014). A Psicologia na Formação dos Magistrados e a Formação dos Psicólogos Forenses: Reflexões. In M. Paulino & F. Almeida (Eds.), *Psicologia, Justiça e Ciências Forenses. Perspetivas Atuais*. (pp. 1-10). Lisboa: PACTOR-Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Gadotti, M. (2005). A Questão da Educação Formal/ Não-Formal. . Retrieved 27 de agosto de 2014. [http://www.vdl.ufc.br/solar/aula/link/lquim/A a H/estrutura pol gest educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf](http://www.vdl.ufc.br/solar/aula/link/lquim/A%20a%20H/estrutura%20pol%20gest%20educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf)
- Glat, R. (1999). Refletindo sobre o papel do psicólogo no atendimento ao deficiente mental: além do diagnóstico. Retrieved 5 de Abril de 2013 [http://www.2.uel-br/ccb/psicologia/revista/refletindo-htm](http://www.2.uel.br/ccb/psicologia/revista/refletindo-htm)
- Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto
- Gonçalves, R. A. (2012). A Psicologia da Justiça em Portugal: Uma viagem partilhada com Carla Machado. *Análise Psicológica*, XXX(1-2), 7-13.
- Guzzo, R. S. L. (2008). Psicologia em Instituições Escolares e Educativas: Apontamentos para um Debate. . Retrieved 01 julho de 2014. <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/similar.php>
- Hofmann, S. G., & Barlow, D. H. (2002). Social phobia (social anxiety disorder). In D. H. Barlow (Ed.), *Anxiety and Its Disorders: The Nature and Treatment of Anxiety and Panic* (2nd Edition ed., pp. 454-476). New York: Guilford Press. .
- Imaginario, L. (1992). *Intervenção Psicológica na Formação Profissional*. . Paper presented at the II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. , Braga.
- ISS, I. d. S. S. (2011). Manual de Boas Práticas. Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social. CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos, GCPAS-CID). from Instituto da Segurança Social, I.P. <http://www.seg->

- social.pt/documents/10152/14707/acolhimento_residencial_crianças_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8
- IUHPE, I. U. F. H. P. a. E. (2009). Construindo escolas promotoras de saúde: diretrizes para promover a saúde em meio escolar. .
www.iuhpe.org/images/.../HPSGuidelines_POR.pdf
- IUHPE, I. U. F. H. P. a. E. (2010). Promoting health in schools: from evidence to action.
http://www.dhhs.tas.gov.au/data/assets/pdf_file/0007/117385/PHiSFromEvidenceToAction_WEB1.pdf
- Kendall, P. C. (2006). Guiding theory for therapy with children and adolescents. . In P. C. Kendall (Ed.), *Child and adolescent therapy: cognitive-behavioral procedures*. (3rd ed ed., pp. 3- 30). New York: Guilford Press.
- Kendall, P. C., & Suveg, C. (2006). Treating anxiety disorders in youth. . In P. C. Kendall (Ed.), *Child and adolescent therapy: cognitive-behavioral procedures* (3rd ed. ed., pp. 243-294). New York: Guilford Press. .
- Martinez, A. M. (2010). O que Pode Fazer o Psicólogo na Escola?. . (83). Retrieved 13 de agosto de 2014.
<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1634/1298>
- MEC, M. d. E. e. C. (2009). Declaração de Vilnius: Melhores escolas, escolas mais saudáveis.
- Portaria n.º 63/2001 de 30 de Janeiro, N.º 25 C.F.R. (2001).
- Serviços de Psicologia e de Orientação Escolar, DR N.º 113 C.F.R. (1991).
- Cria a carreira de psicólogo dos serviços de psicologia e orientação, § Série I-A (1997).
- MS-DGS, M. d. S. D. G. d. S. (2015). Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE).
www.dgs.pt/directrizes-da.../norma-n-0152015-de-12082015-pdf.aspx
- Decreto-lei 241/94, de 22 de Setembro, Diário da República n.º 220/1994 C.F.R. (1994).
- Rapee, R. M., Schniering, C. A., & Hudson, J. L. (2009). Anxiety disorders during childhood and adolescence: Origins and treatment. . *Annual Review of Clinical Psychology*, 5, 311-341. doi:10.1146/annurev.clinpsy.032408.153628
- Southam-Gerow, M. A., & Kendall, P. C. (2000). Cognitive-behaviour therapy with youth: advances, challenges, and future directions. . *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 7, 343-366.